

Empresariado paulista aplaude realismo por imprimir tranquilidade

As declarações do Presidente José Sarney angariaram em São Paulo mais elogios do que críticas do empresariado paulista, pois "de modo geral, o Presidente foi muito realista", segundo o vice-presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Pedro Conde, e "deram tranquilidade ao país", conforme o presidente do Grupo Machline/Sharp, Matias Machline.

O mercado financeiro reagiu com tranquilidade às declarações do Presidente José Sarney, definindo a postura do Governo para a questão das taxas de juros em favor da atual política desenvolvida pelo Banco Central, de manutenção de taxas livremente arbitradas pelas instituições que operam no open-market.

Ao comentar a entrevista do Presidente Sarney, o diretor do Departamento de Economia da FIESP, empresário Paulo Francini, afirmou que "a questão de controle de preços é muito delicada e não depende do vernáculo, mas da maneira como é tratado o problema: tanto pode ser congelamento como liberdade de vigiada".

— O importante — segundo Francini — é saber como isso será feito, agora, não se pode ir ao oposto para que se imponha à empresa o limite da contribuição, fazendo com que ela se submeta ao sacrifício do não-lucro — observou Francini. — O objetivo de qualquer empresa na iniciativa privada é o lucro, mola-mestra que promove a necessidade de novos investimentos, novos empregos.

O diretor do Grupo Vicunha (um dos maiores da área têxtil), Jacks Rabinovich, considera que a questão das taxas de juros tem de ser atacada com rigor, "pois é uma das principais fontes de alimentação da inflação. Estamos ouvindo há anos o governo dizer que é preciso derrubar a inflação, mas ninguém faz nada de concreto a respeito. Não sei quanto tempo mais a economia agüentará conviver com juros assim tão elevados. Vamos ver se agora a situação se altera".

Rabinovich considera oportuna a decisão do Presidente José Sarney de transformar o controle de preços em vigilância, conforme ressaltou na entrevista. Na sua opinião, o regime capitalista não sobrevive com rígidos controle de preços, ainda que aceite normalmente que se vigiem e até se punam os que abusarem dos reajustes.

Para o presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais, Elmo de Araújo Camões, Sarney tem mesmo que exigir firmeza de seus negociadores junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), "pois o Brasil não está em condições de aceitar pressões que determinam mais recessão".

Camões acredita, também, que José Sarney tem seu ministério sob controle, ainda que haja divergência de opiniões entre alguns Ministros. "Se o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, é monetarista, ou se o do Planejamento, João Sayad, é estruturalista, tudo bem, se, no final, tudo resultar para o bem do país. Divergir pode, só não se podem aceitar brigas".

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, observou que, mais uma vez, ficou claro que, em matéria de economia, o Presidente Sarney prefere acomodar do que decidir.

No Rio de Janeiro, o empresário Márcio Fortes disse que "o Presidente da República sabe auscultar opiniões".

— Gostei do seu posicionamento — manifestou ele —, pois o Presidente José Sarney não aparentou medo do assunto. Demonstrou o que valeram décadas de política e vivência parlamentar. Mesmo que não domine o assunto, pode ser convincente sobre ele.

Reajuste de tarifas passará a ser mensal

Brasília — Uma nova estratégia de administração de tarifas de serviços públicos e preços de produtos das empresas estatais será introduzida ainda este mês, com reajustes mensais, iniciando-se pelas tarifas de energia elétrica e de telefones e prosseguindo em julho com os derivados de petróleo e aços planos; considerando-se sempre a inflação projetada.

Um assessor do Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, explicou que no Governo anterior os preços reajustados refletiam a inflação passada, mas, como atualmente já se projeta a taxa da correção monetária com uma antecedência de 30 dias, o novo mecanismo possibilitará maior vigilância.

Em relação aos produtos industriais, da iniciativa privada, a sistemática de reajuste tomará como referência a estrutura de custos de cada um deles. Cada empresa poderá repassar para os preços a cada trimestre a despesa relativa aos custos fixos (gastos com manutenção, aluguel, etc). A cada semestre, o empresário poderá acrescentar aos custos de seus produtos o percentual relativo aos reajustes dos salários e a margem referente à remuneração do investimento feito.

A idéia, segundo um técnico do Ministério, é manter a vigilância sobre os reajustes concedidos, mesmo depois que o setor industrial tiver saído da tutela do CIP. Esta vigilância será feita através do acompanhamento de cada ramo da indústria. Essa estratégia é válida em relação aos produtos vendidos no atacado.

Jogo com credores da dívida pode endurecer

Brasília — Ao deixar sem resposta, na entrevista coletiva, uma pergunta sobre o nível ideal de reservas para o Brasil, o Presidente José Sarney provocou outra interrogação: o Governo se prepara para endurecer sua posição com os bancos credores da dívida externa?

A dívida tem procedência. Tecnicamente, segundo alto funcionário do Banco Central, o nível mínimo de reservas corresponde a três meses de importações, partindo-se do pressuposto de que as contas externas do país estão equilibradas.

No caso específico do Brasil, isso significa que, na hipótese de fatos imprevistos no mercado internacional que afetassem seriamente a pauta de exportações, o Governo, imediatamente, restringiria as importações e teria recursos para girar a economia durante muito tempo. As importações mensais do país variam de 1 bilhão 100 milhões a 1 bilhão 200 milhões de dólares.

As reservas disponíveis, no momento, são mais do que suficientes para atender às necessidades do momento, situando-se em 8 bilhões 200 milhões de dólares. Portanto, a recusa do Presidente Sarney em comentar um assunto que não é problema no momento, pode significar algum tipo de endurecimento, por parte do Governo brasileiro, nas negociações com os bancos credores sobre o volume de despesas com a dívida externa.

O informante do Banco Central admitiu que, dado o volume dos gastos com pagamento de juros, *spreads* (taxas de intermediação pagas aos bancos), comissões de crédito e outras despesas vinculadas à área externa, mesmo um corte reduzido, nesses gastos, terá um grande significado para o crescimento do setor interno da economia.

O serviço da dívida externa (pagamento de juros) deverá consumir, este ano, 10 bilhões 900 milhões de dólares. Segundo as mais recentes previsões do Banco Central, a dívida externa atingirá, no final deste ano, 100 bilhões 100 milhões de dólares.

As amortizações previstas totalizam 10 bilhões 100 milhões de dólares, devendo ser efetivamente pagos cerca de 1 bilhão 700 milhões de dólares. O restane — 8 bilhões 400 milhões de dólares será refinanciado, sendo 7 bilhões de dólares junto aos bancos e 1 bilhão 400 milhões de dólares junto aos organismos oficiais.

JORNAL DO BRASIL
CLASSIFICADOS

do que você
balho